

Endividamento: o que pode mudar no governo Bush

Embora algumas publicações internacionais tenham afirmado que o presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, que deverá tomar posse em 20 de janeiro de 1989, tenderá a tratar os problemas de endividamento dos países latino-americanos na base do caso a caso, há fortes indicações em contrário. Uma delas naturalmente é a indicação de James Baker III, ex-secretário do Tesouro no governo Reagan, para a posição de secretário de Estado. Baker, como é sabido, é autor do Plano apresentado na reunião do FMI em Seul, em 1985, que representou a primeira iniciativa partida de um país desenvolvido para tratar, de forma global, os problemas de endividamento.

Além disso, há uma consciência crescente nos Estados Unidos de que o prolongamento da crise da dívida, obrigando os países fortemente endividados, como o Brasil, a fazer maciças transferências de recursos ao exterior, tem atrasado sensivelmente o seu desenvolvimento. Isso não apenas tem um sentido político, pois poderá tornar tais países, onde estão concentra-

dos interesses vitais dos Estados Unidos, em regiões potencialmente explosivas, mas também tem um significado econômico bem preciso.

Os países latino-americanos, de modo geral, sempre constituíram alguns dos principais mercados para os produtos americanos. Se é de interesse da nova administração promover as exportações dos Estados Unidos, será preciso que a economia dos endividados possa recuperar-se, de modo a poder absorver um maior conteúdo de importações.

Ao lado disso, há um crescente reconhecimento dos esforços extremos que os endividados vêm fazendo para ajustar as suas economias. Como afirmou a professora Melissa Birch, no painel "A Política Americana e as Perspectivas de Crescimento e Desenvolvimento da América Latina", realizado em Nova York neste fim de ano, os endividados estão-se ajustando desde a crise de 1982, mas os bancos, desde então, "não fizeram nada", a não ser, acrescentamos, provisãoamento de reservas para o ca-

sode "default" ou não pagamento. Em grande medida, pode-se afirmar que os grandes bancos internacionais foram responsáveis pelo fracasso do Plano Baker, que receberam sem nenhum entusiasmo, preferindo "soluções de mercado" para os problemas de endividamento, mas sem, ao menos, se comprometerem com a concessão de volumes determinados de recursos.

Há ainda questões complexas como o sistema tributário dos Estados Unidos, que, segundo o professor John Welsh, da Universidade de Wharton, estimula mais os empréstimos que os investimentos diretos, alterando o padrão de ingresso de recursos que prevalecia até a década de 50/60. O círculo vicioso dos empréstimos, como se tem observado, resultou altamente prejudicial aos países latino-americanos, que, como foi notado no painel, tiveram o seu desenvolvimento retardado em trinta anos desde a crise de 1982.

Mas, sem dúvida, o tema mais importante do seminário foi abordado pelo professor Jeffrey Sachs,

da Universidade de Harvard, que discorreu sobre a instituição de International Debt Facility (IDF), ou seja, um instrumento para a transferência da dívida dos bancos comerciais para uma agência internacional. Não é a primeira vez, diga-se de passagem, que uma proposta desse tipo é apresentada, mas, como acentuou Sachs, um mecanismo desse tipo é previsto na nova Lei de Comércio dos Estados Unidos. O IDF compraria parcelas da dívida dos latino-americanos aos preços de mercado, com um deságio freqüentemente substancial. Os juros passariam então a ser calculados sobre um total bem menor que o valor nominal, dos títulos da dívida, reduzindo, assim, a transferência de recursos ao exterior.

A dificuldade de colocar em prática um sistema a como este é saber quem o bancará. Uma forma de arrecadar fundos seria a emissão de bônus, a serem remunerados com os juros pagos pelos devedores. Mas, evidentemente, uma instituição desse tipo só poderá deslanchar se tiver o decidido apoio de Washington.